

PIRACEMA

Boletim da Assessoria Técnica Independente das Regiões 4 e 5 | Maio 2023 | nº 8

- Protocolo de Consulta do Povo Kaxixó
- Guaicuy aumenta em 220% número de comunidades atingidas identificadas



CONHEÇA OS 3 PLANOS DE TRABALHO DO GUAICUY

Os planos são documentos que organizam a forma de atuação da instituição. Neles, são detalhadas as atividades e quais os objetivos do trabalho como Assessoria Técnica

Atualmente, existem 3 Planos de Trabalho desenvolvidos, ou em desenvolvimento, pelo Guaicuy, para a atuação como Assessoria Técnica Independente (ATI) das pessoas atingidas pelo desastre-crime da Vale no Paraopeba. Esta divisão acontece porque algumas questões não foram resolvidas no Acordo Judicial, firmado em fevereiro de 2021 entre a Vale e o Poder Público (governo de Minas Gerais, Ministérios Público Federal e estadual e Defensoria Pública de Minas Gerais).

Plano de Trabalho do Acordo: Está vigente e diz respeito às ações relacionadas ao Acordo Judicial, voltadas para a execução do plano de recuperação sócio-econômica das áreas atingidas pelo rompimento. Além disso, trata das atividades que possibilitam que a pessoa atingida participe do processo de maneira informada e com protagonismo.

Plano de Trabalho do Processo: Esta proposta de atuação está relacionada ao processo civil judicial, ou seja, às etapas que ainda correm na Justiça e que visam a reparação dos danos pro-

vocados pela Vale, mas que não foram contempladas no Acordo. Esse plano foi enviado em março às Instituições de Justiça, que apresentaram os Planos no Processo para avaliação do Juiz.

Plano de Trabalho das Indenizações (Liquidação de Sentença): Este Plano foi determinado pelo Juiz Murilo Silvio de Abreu, que também determinou que os valores de indenização fossem apurados pelo CTC/UFMG, com o apoio das ATIs. No entanto, foi recentemente suspenso pelo TJMG, após recurso da Vale. Este Plano será sobre o acompanhamento da resolução dos danos individuais sofridos pelas pessoas atingidas. Eles não são contemplados no Acordo, por isso sua resolução ainda corre na Justiça.

Todas as discussões judiciais ainda pendentes sofreram o impacto da mudança do juiz da 2ª Vara da Fazenda Pública e Autarquias da Comarca de Belo Horizonte no final de abril, antes da aprovação do Plano do Processo e do início da liquidação. Esta já é a quarta troca de magistrado desde o início do processo de reparação.

VEJA NA TABELA AS PRINCIPAIS DIFERENÇAS ENTRE OS PLANOS.

	PLANO DE TRABALHO DO ACORDO	PLANO DE TRABALHO DO PROCESSO	PLANO DE TRABALHO DAS INDENIZAÇÕES (LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA)
A. TIPOS DE DANOS	Coletivos e difusos	Coletivos e difusos	Individuais e Individuais Homogêneos
B. AÇÕES COMUNS A TODOS OS PLANOS	Gestão, Participação Informada, Reconhecimento de pessoas atingidas e PCTs		
C. PRINCIPAIS AÇÕES (ESPECÍFICAS)	Acompanhamento dos Anexos 1.1, 1.2, 1.3 e do Anexo 2.	Acompanhamento do Estudo de Risco à Saúde Humana e Risco Ecológico, Realização de Diagnósticos e Pesquisas, e Acompanhamento de Perícias e Medidas Mitigatórias (Situações Emergenciais).	Assistência técnica do perito judicial, contribuindo para: o levantamento dos danos, a valoração dos danos, a indicação de formas e critérios de comprovação e a definição das pessoas atingidas credoras.
D. EM QUE PONTO ESTAMOS?	O corte de quase 48% no orçamento previamente aprovado coloca em risco a continuidade das atividades das ATIs, conforme previstas no Plano de Trabalho.	Após a apresentação do Plano de Trabalho específico pelas ATIs, a Vale se manifestou e a questão aguarda apreciação do Juiz.	A elaboração deste plano de trabalho já foi determinada em primeira instância, mas está atualmente suspensa e em discussão judicial na segunda instância.

***IMPORTANTE:** as informações que constam na matéria foram apuradas no dia 4/5/2023. Pode haver mudanças ao longo das semanas. Para acompanhar notícias atualizadas acesse www.guaicuy.org.br

PROTOCOLO DE CONSULTA DO POVO KAXIXÓ

Documento orienta regras de consulta para os Povos e Comunidades Tradicionais em empreendimentos que tragam impactos econômicos, sociais e culturais

Foto: Daniela Paoliello / Acervo Guaicuy

O PROTOCOLO DE CONSULTA DO POVO KAXIXÓ é um instrumento de autodeterminação. Não queremos mais que o governo (federal, estadual e municipal), proprietários de terras, fazendeiros e latifundiários tomem decisões sem nos ouvir e negociar (deso)honestamente com a gente. Por diversas vezes fomos atropelados quanto aos abusos e à destruição do nosso bioma Cerrado. Estamos cansados de ver a terra sangrar e o país não nos respeitarmos quanto às nossas decisões.”

Trecho do Protocolo de Consulta do povo Kaxixó



Consultas sobre os assuntos relacionados à cultura e ao território, contato prévio com representantes determinados e convites abertos a todos da comunidade. Esses são apenas alguns dos pontos do Protocolo de Consulta do povo Kaxixó das aldeias Capão do Zezinho, Fundinho e Pindaíba, que vive na região de Martinho Campos. A Consulta Prévia Informada e De Boa Fé é direito e instrumento de luta e defesa de indígenas, quilombolas e povos e comunidades tradicionais, assegurado pela Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

O Protocolo é um conjunto de regras desenhadas pelo próprio povo, que deve ser seguido pelo Estado e por outras instituições em projetos com impactos para a comunidade. “O Protocolo ajuda na relação entre os atores do processo e o povo Kaxixó, para evitar que os direitos e modos de vida sejam desrespeitados”, explica Otávio Kaxixó, que trabalhou na produção do texto.

Para que o protocolo seja válido, é preciso que ele seja conhecido pela comunidade. No caso do povo

Kaxixó, ele está público desde novembro de 2022, no perfil do Instagram @povo_kaxixó (Abra a câmera do seu celular e posicione o foco sobre o QR Code na foto para conhecer).

Apoio

O protagonismo deve sempre ser dos povos tradicionais. As Assessorias Técnicas Independentes tiveram apenas o papel de ajudar na construção do documento. Durante a redação do Protocolo do povo Kaxixó, foram feitos encontros do Instituto Guaicuy com a comunidade para que o texto pudesse ser elaborado com orientações técnicas sobre os direitos.

“A gente deu os caminhos para que o Protocolo pudesse ser construído e divulgado pelo próprio povo Kaxixó”, explica a advogada popular do Instituto Guaicuy Gabrielle Luz. Também faz parte do planejamento do Instituto auxiliar a comunidade Quilombola de Saco Barreiro, de Pompéu, no lançamento de seu Protocolo de Consulta.

GUAICUY AUMENTA EM 220% O NÚMERO DE COMUNIDADES

Ministério Público de Minas Gerais havia identificado 35 comunidades nas Regiões 4 e 5. Hoje são 109.

Desde o início de 2020, quando começou os trabalhos como Assessoria Técnica Independente das Regiões 4 (Curvelo e Pompéu) e 5 (Felixlândia, Três Marias, São Gonçalo do Abaeté, Paineiras, Biquinhas, Abaeté, Martinho Campos e Morada Nova de Minas), o Guaicuy identificou dezenas de comunidades atingidas pelo rompimento da barragem da Vale em Brumadinho que não estavam previstas no levantamento inicial do Ministério Público de Minas Gerais (MPMG). Esse reconhecimento foi fundamental para que milhares de pessoas pudessem ter acesso a informações sobre os seus direitos de reparação.

“A maior importância da identificação de novas comunidades é as pessoas atingidas estarem dentro da luta, do processo de reparação. Muita gente não sabe bem quais os seus direitos e esse é um dos principais papéis do Guaicuy: oferecer a participação informada”, analisa Paula Brasil, responsável pelo gerenciamento e mapeamento das comunidades.

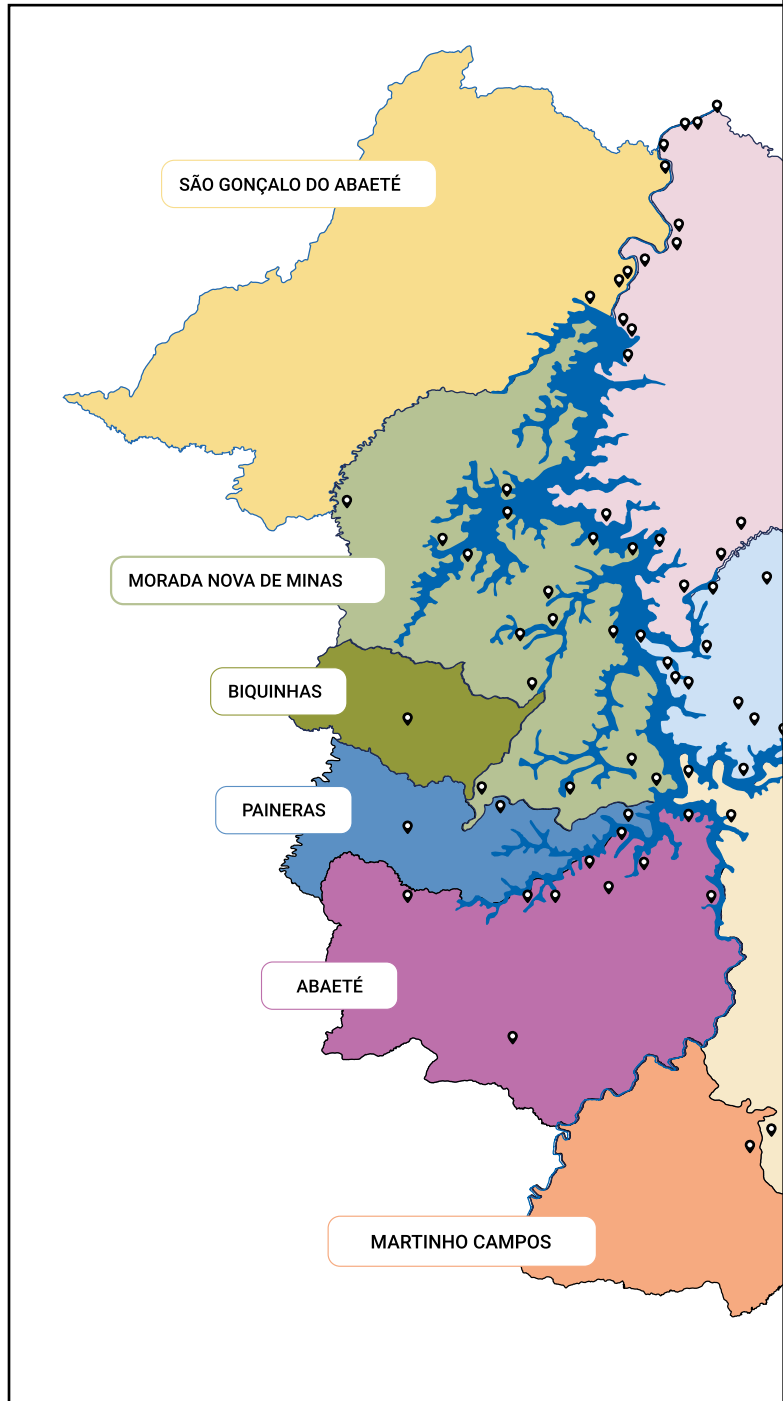
Inicialmente, o MPMG havia identificado 11 comunidades na Região 4 e 24 comunidades na Região 5. Após os trabalhos de reconhecimento do Guaicuy, hoje 109 comunidades são reconhecidas como atingidas no território assessorado. Esses números representam um aumento de 220% na quantidade total de comunidades assessoradas.

Desafios

O trabalho não foi fácil. Ainda no período da pandemia, profissionais do Instituto seguiram para loteamentos e comunidades que identificavam por meio de mapas e imagens de satélites para, ali, realizar o primeiro contato com muitas pessoas atingidas. “Isso é o que chamamos de *campo de reconhecimento*. A gente olhava no mapa e pegava a estrada. Chegando lá, conseguíamos algumas informações básicas, como estimativa de população”, explica Brasil.

A pandemia de Covid-19 dificultou ainda mais o trabalho. “Precisou ser mais lento e trabalhoso [o reconhecimento]. Durante um tempo, quando a situação estava muito grave, os campos foram suspensos e, mesmo depois, nós tínhamos dificuldade de conversar com as pessoas. Não podia apertar a

Infografia: Felipe Aguiar



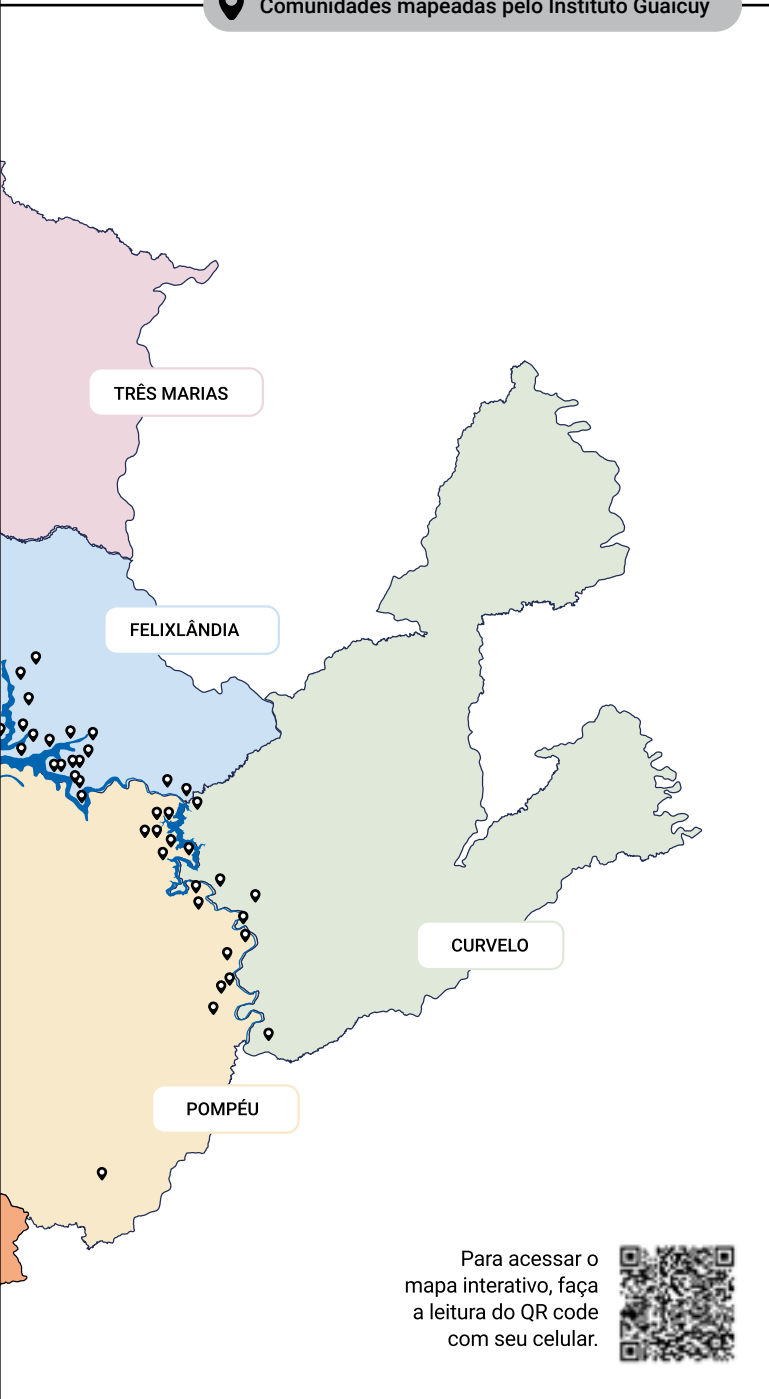
mão, tomar café e essas coisas prejudicam a aproximação”, lembra a profissional.

A grande extensão territorial, principalmente na Região 5, foi outro ponto que aumentou a dificuldade da missão de levantar novas comunidades atingidas. Algumas delas estão há quase 3 horas de viagem dos escritórios regionais do Guaicuy, como é o caso da Ilha da Silga, no município de Três Marias.

LOCAIS ATINGIDAS IDENTIFICADAS NAS REGIÕES 4 E 5

Foram mapeadas 109 comunidades no Baixo Paraopeba, Represa de Três Marias e Rio São Francisco

 Comunidades mapeadas pelo Instituto Guaicuy



Novas identificações

Com o alívio da pandemia e a vacinação dos trabalhadores do Guaicuy, foi possível destinar equipes de campo para continuar as identificações com protocolos mais elaborados e, com o passar do tempo, as próprias pessoas atingidas começaram a procurar o Instituto para pedir a inclusão de suas comunidades no levantamento.

LISTA DAS LOCALIDADES POR MUNICÍPIO

REGIÃO 4

>**CURVELO** Angueretá / Condomínio Encontro das Águas / Cachoeira do Choro / Chácaras/Fazendinhas do Paraopeba
 >**POMPÉU** Fazendinhas Baú / Novilha Brava / Campo Alegre / P.A. Queima Fogo / P.A. Chácara Chorius / Recanto do Piau / Cond. Recanto do Funil / Cond. Recanto dos Pássaros / Cond. Recanto da Sucupira / Cond. Canto da Seriema / Cond. Recanto do Laranjo / Cond. Vista da Lagoa / Cond. Ari Castelo Branco / Cond. Recanto das Águas / Quilombo Saco Barreiro / Balneário Reino dos Lagos / Condomínio Santa Cecília / Condomínio São Marcos / Aldeias Fundinho e Pindaíba - Povo Kaxixó /

REGIÃO 5

>**FELIXLÂNDIA** Ribeiro Manso / Condomínio La Poveda / Condomínio Quintas da Boa Vista / Barra do Paraopeba / Recanto do Peixe Vivo / Condomínio Chico Roça / Condomínio Recanto da Siriema / Condomínio Náutico Tucunaré / Recanto do Tucunaré / Condomínio Recanto da Lago (Grotta do Urubu) / Condomínio Praia Nova / Lago dos Cisnes / Riacho Fundo (Sítio Cachoeira) / Condomínio Estância das Garças / Condomínio Wenceslau / Lagoa Azul / Lagoa do Meio / Village do Lago / Riachão / São José do Buriti / Ilha do Mangabal / Campina Grande / Buritizinho / Faveira / São Geraldo do Salto / Ribeirão das Almas / Tronco / Flores / Paraíso / Várzea do Buriti / Saco da Ponte
 >**SÃO GONÇALO DO ABAETÉ** Morada dos Peixes / Beira Rio / Pontal do Abaeté / Vila Albana / Cachoeira Grande
 >**TRÊS MARIAS** Porto Novo / Praia das Nações / Barra do Rio de Janeiro / Silga / Ilha da Silga / Ilha do Coló / Ilha das Barreiras / Porto do Pontal / Aldeia dos Dourados / Ilha da Merenda / Escadinha / Barra do Espírito Santo / Morrinhos / Forquilha do Cabral / Ilha da Catuaba / Praia Mar de Minas / Chácaras do Lago / Porto Melancias
 >**BIQUINHAS** Biquinhas (sede) / Ranchos Ribeirão Extrema/Jatobá
 >**MORADA NOVA DE MINAS** Morada Nova (sede) / Sucuriú de Cima / Sucuriú de Baixo/Cascalheiras / Traçadal / Escarpas do Indaiá / Cacimbas / Indaiá de Baixo / Indaiá de Cima / Campo Alegre / Morro da Povoação / Vau das Flores / Frei Orlando / Larjinha / Porto Novo / Pindaíbas / Porto Melancias
 >**PAINERAS** Paineras (sede) / Poções/Atoleiro / Porto São Vicente
 >**MARTINHO CAMPOS** Aldeia Capão do Zezinho - Povo Kaxixó
 >**ABAETÉ** Abaeté (sede) / Aldeias / Veredas / Vila Jataí / Balneário Mangaba / Quintas do Abaeté / Saco Fechado e Vovó Arlinda / Riacho das Areias / Pontal da Capela / Patos do Abaeté

ENTREVISTA

A partir desta edição do informativo Piracema, iremos trazer uma série de entrevistas feitas pela equipe do Instituto Guaicuy em seus trabalhos de campo junto às comunidades assessoradas. Nesta entrevista, Dona Lourdes e Seu Zé, ambos moradores do Pontal do Abaeté (Região 5), rememoram as dificuldades do período de mudanças e adaptações após o rompimento da barragem de Brumadinho, em janeiro de 2019.

GUAICUY: Contem-nos um pouco da relação de vocês com o Rio São Francisco?

Lourdes: Já tem 10 anos que a gente mora aqui. Nós morávamos em Matosinhos, mas daí resolvemos vir para cá viver da pesca. Mas já vínhamos para pescar e levar o peixe para vender desde antes.

Zé: Nosso lucro aqui vem de aluguel de barco, de limpeza de casa, e principalmente, da pesca. Quando falavam "O peixe que vocês tem aí é do São Francisco?" "Ah, não vou querer não." Porque para eles o rio estava infectado. Então aquilo afetou demais a renda da gente, porque a renda é o peixe e o turismo.

Lourdes: Na época, a água ficou suja. O rio fedendo. A gente sentia aquele vapor de mau cheiro.

GUAICUY: Vocês contraíram dívidas?

Zé: A gente não contraiu porque quando você não pode pagar, você vive do jeito que dá. Eu vendi meu carro. A gente aprende a se virar. Para você ver, aqui não tem indústria, não tem nada. Então a gente vive aqui do rio, qualquer probleminha no rio nos afeta diretamente, não tem como. A voz da gente é muito baixinha, eles não escutam, entendeu? Eles não escutam.

GUAICUY: Vocês perderam amizades?

Zé: A gente perdeu bastante. Eu e ela, graças a Deus, já temos nossa família criada. Então somos

só nós dois. A gente consegue sobreviver. Mas você imagina um pai de família com quatro filhos que não consegue tirar meio salário por mês. Como é que vai sobreviver? Hoje, no Pontal [do Abaeté], praticamente só tem idosos.

Lourdes: A maior parte foi embora. Uns foram para Três Marias, outros estão morando em Patos [de Minas]. Outros foram para mais longe.

— É O RIO QUE SUSTENTA A GENTE.

GUAICUY: Isso foi depois do rompimento?

Lourdes: Depois do rompimento. Há casas aqui que estão abandonadas. As pessoas foram embora e não voltaram mais. Na Piracema, a cidade fica parecendo morta. Não pode pescar. Turista não vem. Aí fica igualzinho um arraial morto.

Zé: Tá todo mundo esperando a melhora para voltar. Quase todo mundo que mora aqui é nascido e criado aqui. Então, tem alguns que estão fora fazendo alguma outra coisa, mas esperando, rezando e perguntando como o rio está. É o rio que sustenta a gente.

ALEGRIA DO FUTEBOL X SAUDADE DA PESCA

Sem poder pescar após rompimento da barragem da Vale, moradores de Fazendinhas Baú encontram no futebol um momento de lazer e um espaço de sociabilização

A comunidade de Fazendinhas Baú, no município de Pompéu (Região 4), foi duramente afetada pelo rompimento da barragem da Vale em Brumadinho. As centenas de pessoas que lá vivem, nas margens do Rio Paraopeba, não têm acesso à luz elétrica e, desde o desastre-crime, convivem com a insegurança do consumo de água, já que o poço comunitário fica bem próximo ao leito do rio.

O rompimento da barragem não trouxe apenas a insegurança para consumir água, regar plantas e dar de beber aos animais: também tirou as principais atividades de lazer da população, que eram nadar e pescar no Paraopeba. Quase todos os moradores do Baú compraram seus terrenos e construíram suas casas lá por conta do rio, e desde janeiro de 2019, sofrem sem poder aproveitar para mergulhar ou comer um peixe assado.

Amigos do Baú FC

Buscando mudar um pouco o cenário de falta de opções de lazer e unir a comunidade, um grupo de moradores conseguiu, junto à empresa loteadora, a cessão de um espaço para construir um campo de futebol. Sávio Alves Paula, membro da Comissão de Pessoas Atingidas de Fazendinhas Baú, é uma dessas pessoas. Junto a vizinhos e amigos, estruturou o campo: organizou uma campanha de doações e conseguiu redes para as traves, redes para cercar o campo e também um conjunto de uniformes com comerciantes locais. Assim, nasceu o Amigos do Baú Futebol Clube.



Foto: Arquivo pessoal Sávio Alves

“Isso aqui é cultura. Nós somos um povo, aqui nas Fazendinhas Baú, muito sofrido. A gente não tem água, não tem luz. Nosso lazer, que era a pesca, não temos mais depois do rompimento. Então surgiu a ideia de criar o campo e montar um time de futebol”, conta Sávio. O Amigos do Baú disputa amistosos com times da zona rural de Pompéu e tem acumulado vitórias. Guilherme, o centroavante, arranca comparações com Hulk, craque do Atlético.

A equipe conta ainda com o reforço de moradores de Cachoeira do Choro, comunidade vizinha, do município de Curvelo, que também foi atingida pelo rompimento. Todos os finais de semana, moradores do Choro cruzam o Paraopeba de barco para jogar no Amigos do Baú. “O Geraldo desce de carro e espera na beira do rio para buscar os jogadores”, comenta Sávio.

Festa Junina

No dia 8 de julho, sábado, às 18h, o campo também receberá a Festa Junina da comunidade. O time promete fogueira e algumas brincadeiras, além de comer e beber. Sávio estende o convite a todas as pessoas da região que quiserem participar: “Queremos usar o campo para além do futebol, para ter uma área de lazer que possa unir a comunidade, para que as pessoas se conheçam melhor e estejam juntas”.



Foto: João Martins / Acervo Guaicuy



O QUE É O PTR

O Programa de Transferência de Renda, ou PTR, é um valor pago mensalmente às pessoas que foram atingidas pelo rompimento da barragem da Vale, ocorrido em Brumadinho, em janeiro de 2019. Após o Acordo Judicial, ele substituiu o Pagamento Emergencial.

QUEM PODE PARTICIPAR DO PTR

Pessoas que comprovarem que **até o dia 25 de janeiro de 2019** residiam ou eram possesiras, arrendatárias, parceiras ou meiras que residiam e/ou trabalhavam em imóvel na área delimitada como atingida.

Para fins de inclusão no PTR, considere-se como território atingido as comunidades que estejam, total ou parcialmente, a até 1km das margens do Rio Paraopeba ou da Represa de Três Marias.

Não poderão participar famílias que possuam renda mensal superior a 10 salários mínimos.

COMO O GUAICUY ATUA NO PTR?

As Assessorias Técnicas Independentes (ATIs) têm a função de possibilitar que as pessoas atingidas sejam informadas do andamento do processo judicial e das atividades das Fundação Getúlio Vargas (FGV) no território. Além disso, o Guaicuy empenha esforços para que o benefício chegue às pessoas que cumprem requisitos para recebimento, como, por exemplo, através do envio de notas técnicas acerca de comunidades que se enquadram em um dos critérios de inclusão e, também, acerca das dificuldades documentais identificadas.

FUNÇÕES DA FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS (FGV)*

- Montar o calendário de visitas às comunidades;
- Realizar cadastros;
- Analisar os documentos;
- Gerenciar e executar os pagamentos.

**A partir dos critérios já estabelecidos pelas Instituições de Justiça.*

SERVIÇO



www.18.fgv.br/ptr



pagamentoptr@fgv.br



0800 032 8022

ENDEREÇO DA SEDE DA FGV EM POMPÉU:

Av. Capitão Joaquim Antônio, nº823 - Bairro São Francisco
Horário de funcionamento: de terça à sábado, de 8h às 17h



JORNALISTA RESPONSÁVEL: Mathias Botelho MTB 10126/PR | **TEXTOS JORNALÍSTICOS:** Camila Bastos, Felipe Aguiar, Mathias Botelho e Wesley Costa | **DIAGRAMAÇÃO:** Felipe Aguiar | **REVISÃO:** Camila Bastos, Joana Tavares e Mathias Botelho
COORDENAÇÃO DA COMUNICAÇÃO DA ATI PARAPEBA: Joana Tavares **FOTOGRAFIA DA CAPA:** Gia Dias

Instituto Guaicuy: Rua Brasópolis, 109 - Floresta, Belo Horizonte | CEP: 30150-170 | (31) 3024-9460
Região 4: (31) 97141-0958 | Região 5: (31) 97102-5001 | contato@guaicuy.org.br
LEIA TAMBÉM PELA INTERNET: www.guaicuy.org.br | [/institutoguaicuy](https://www.instagram.com/institutoguaicuy) | [/institutoguaicuy](https://www.facebook.com/institutoguaicuy)